



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

8406 - Trabalho Completo - XV Reunião Regional da ANPED Centro-Oeste (ANPED-CO) (2020)

ISSN: 2595-7945

GT 02 - História da Educação

A ESCOLA NOVA CRISTÃ EM MINAS GERAIS DIVULGADA PELA REVISTA DO ENSINO (1925-1940)

Monalisa Lopes dos Santos Coelho - UFU - Universidade Federal de Uberlândia
 Agência e/ou Instituição Financiadora: CAPES

A ESCOLA NOVA CRISTÃ EM MINAS GERAIS DIVULGADA PELA REVISTA DO ENSINO (1925-1940)

Com a República, a Constituição Federal de 1891, excluiu o ensino religioso das escolas oficiais, e decretou a separação do Estado com a Igreja Católica. Segundo Azzi (1994), para reaver o seu antigo poder, a Igreja mobilizou o movimento da Restauração Católica desejando recriar o Estado Cristão, sob o ideal da Neocristandade. Porém, a Escola Nova ameaçava por defender uma educação pública, laica e obrigatória. Neste contexto histórico, questiona-se: Quais foram as estratégias utilizadas pela Igreja para restaurar a sua influência sobre a política educacional em Minas Gerais?

Objetiva-se descobrir como a Igreja Católica articulou-se no campo da política e da imprensa para conciliar os ideais oficiais representados pela Escola Nova expressos reforma educacional mineira, com os seus interesses educacionais; e localizar os discursos pedagógicos veiculados pela *Revista do Ensino*, que articularam a Escola Nova aos princípios pedagógicos católicos. A delimitação temporal corresponde ao período (1925-1940), e o procedimento metodológico envolveu a leitura historiográfica da fonte histórica *Revista do Ensino de Minas Geraes*, compreendendo os 175 números publicados durante o recorte histórico selecionado, a partir de uma perspectiva dialética.

A *Revista* foi criada em 1892 por Afonso Penna, mas, foi só em 1925, com Mello Vianna, que se iniciou sua efetiva produção e circulação. De 1925 a 1940 foram impressos do número 1 ao número 175, e em 1940 sua produção foi encerrada. Sendo reativada em 1946, circulou por mais 25 anos, sobrevivendo ao longo de 50 anos (1925-1971). Enquanto uma das revistas educacionais mais importantes de Minas Gerais, destacou-se no campo da formação de professores, conseguindo circular por todo território mineiro, sendo acessível, gratuita, e produzida pela Imprensa Oficial de Minas Gerais. (BICCAS, 2008). De 1925 a 1940, a autora

assegura que os outros impressos existentes tratavam de assuntos variados, enquanto que a *Revista do Ensino* era a única revista especializada em educação, voltada para a formação e informação docente.

Neste período, a Igreja engajada no momento restaurador precisava do apoio do Estado para retomar sua influência na educação, e o Estado precisava da Igreja para manter a ordem, a moral, a disciplina, o controle e a obediência na sociedade. Assim, apesar de a República ter decretado a separação entre ambas instituições, dialeticamente Estado e Igreja estabeleceram uma colaboração mútua, por questões de conveniência. Vidal e Faria Filho (2002), afirmam que a Reforma Francisco Campos, foi um caso à parte por admitir os pressupostos da Pedagogia Nova, e da Pedagogia Tradicional, e dialeticamente observou-se por meio destes autores que a proposta era inovar dentro tradição, distanciando-se da Reforma Fernando de Azevedo, favorável a renovação pedagógica, e a laicidade. A fim de harmonizar as duas propostas pedagógicas, os reformadores mineiros adaptaram alguns aspectos da Pedagogia Moderna, aos valores morais e disciplinares da tradição religiosa, nas reformas educacionais de 1920 e 1930. Antônio Carlos e Francisco Campos reformaram a educação mineira, e também estabeleceram um pacto com a Igreja. Em 1929, o ensino religioso nas escolas públicas em horário escolar foi restituído, sendo posteriormente restituído na Constituição Federal de 1934. Os próximos governantes mineiros Olegário Maciel e Benedito Valadares também se aliaram à Igreja, colaborando na expansão das Escolas Normais católicas por Minas Gerais.

A Igreja também influenciou a sociedade por meio da imprensa, Saviani (2008), elucida que ela acionou a publicação de artigos em revistas e jornais, e de livros, sobretudo livros didáticos utilizados nas escolas públicas, e nas suas próprias Escolas Normais. Além da Imprensa Católica, observou-se que ela também se inseriu na Imprensa Oficial, no caso na *Revista do Ensino*, fonte histórica aqui examinada, adequando os discursos pedagógicos católicos ao discurso da Escola Nova, nascendo assim a Escola Nova Cristã.

Considerando a influência da Igreja no campo educacional e no campo da imprensa pedagógica, observou-se que a *Revista do Ensino* divulgou instruções, prescrições morais, sociais e pedagógicas para a conduta do professor. Neste sentido observou-se que a coalização pedagógica representada pela Escola Nova Católica, esteve presente neste impresso entre 1925 a 1940, sendo localizadas três ocorrências que tratavam explicitamente sobre a temática.

“[...] uma lição é - uma colaboração, um trabalho em *commum*, um entendimento *reciproco*, uma cooperação de *intelligencias*.” *Encontreis a referida escola do “Catecismo da Escola Activa”*. (A AULA..., 1929, p. 83). Este fragmento representa a primeira ocorrência em 1929, no número 36. Neste texto, a Escola Nova é recomendada pela Reforma Francisco Campos, e que por meio da colaboração, e da incorporação dos princípios da Pedagogia de Jesus Cristo, a Escola Ativa poderia ser melhor desenvolvida pelos mestres nas escolas. Sob este mesmo viés, a segunda ocorrência encontra-se na *Revista* de número 78, de 1932, com Guerino Casasanta, o Inspetor Geral da Instrução Pública dizendo que:

[...] a pedagogia cristã não foi e não é contrária ao desenvolvimento das atividades das crianças. O ensino de Jesus foi quase sempre objetivo e atendia sempre aos princípios apregoadas pela escola ativa [...] que antagonismo poderá haver entre a escola da atualidade e o problema religioso? Em que ponto a escola ativa não comporta a Escola cristã? Porque Jesus Cristo não pode figurar na série dos problemas? [...] É claro, pois que a escola ativa - tão amplamente praticada na Igreja - nada tem de

oposição à escola cristã [...] a escola ativa, sendo cristã, deve proporcionar a felicidade, e isto podereis fazer magnificamente. (CASASANTA, 1932, p. 23-25).

Fundamentando-se nesta mesma perspectiva educacional, a terceira ocorrência está na *Revista* número 128-133, de 1936, da página 65 a 76, escrita por Irmã Olga, defendendo que a Escola Nova deveria se basear nos ensinamentos do Divino Mestre Jesus Cristo, elencando vários intelectuais pioneiros católicos como Everaldo Backuser, Mário Casasanta e Jonathas Serrano, dentre outros, nas suas considerações sobre o tema da Escola Nova Católica.

Diante destas considerações, os resultados demonstraram que de modo geral Igreja e Estado, aliaram-se na política e na educação, influenciando os rumos assumidos pelas políticas educacionais, especialmente em Minas Gerais. A Igreja estava engajada no projeto restaurador da catolicidade brasileira, para reconquistar sua influência social, e na tentativa de modernizar a educação, a Igreja adequou os procedimentos metodológicos educacionais católicos aos pressupostos escolanovísticos, fazendo emergir a Escola Nova Cristã. Como estratégia interferiu na política educacional mineira e brasileira, e, além da Imprensa Católica ela também incidiu na *Revista do Ensino*, para veicular os seus princípios educacionais cristãos.

Palavras-Chave: Escola Nova Católica. Escola Nova Cristã. Escola Ativa Cristã. Imprensa Pedagógica. Educação.

REFERÊNCIAS

- A AULA da Escola Activa. **Revista do Ensino**, Belo Horizonte, v. 4, n. 36, ago., 1929, p. 83.
- AZZI, Riolando. **A Neocristandade: um projeto restaurador**. História do pensamento Católico. v.5. Paulus: São Paulo, 1994.
- BICCAS, Maurilane de Souza. **O impresso como estratégia de formação: Revista do Ensino de Minas Gerais (1925-1940)**. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2008.
- CASASANTA, Guerino. Escola Ativa e Escola Cristã. **Revista do Ensino**, Belo Horizonte, v.6. n. 78, dez. 1932, p. 19-25.
- SAVIANI, Demerval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. 2 ed. rev. e ampl. Campinas, SP: Autores Associados, 2008.
- VIDAL, Diana Gonçalves; FARIA FILHO, Luciano Mendes de. Reescrevendo a história do ensino primário: o centenário da lei de 1827 e as reformas Francisco Campos e Fernando de Azevedo. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.28, n.1, jan.-jun., 2002, p. 31-50.